

DA RESPONSABILIDADE PROCESSUAL OBJETIVA NA EXECUÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS*

Claudia Gueiros de Freitas Azevedo Maia**

Sumário: Introdução. 1. Da prestação jurisdicional. 1.1. Dicotomia dos processos de conhecimento e execução. 1.2. Crise do processo civil clássico. 1.3. Reformas do Código de Processo Civil. 1.3.1. Antecipação de tutela na execução. 1.3.2. Execução provisória. 2. Do procedimento especial. 2.1. Do Juizado de Execuções. 3. Da responsabilidade processual objetiva. 3.1. Casuística na prestação executiva especial. 3.1.1. Execução *ex officio* como etapa do processo de conhecimento. 3.1.2. Tutela antecipada na execução. 3.1.3. Arresto e citação editalícia. 3.1.4. Negativação do devedor nos órgãos de proteção ao crédito. 4. Considerações finais. Bibliografia.

* *Síntese da monografia apresentada na conclusão do curso de Direito, da Universidade Católica de Pernambuco, tendo como orientador o Professor e Juiz de Direito de Pernambuco, Dr. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, aprovada pela Banca Examinadora, por unanimidade, com a nota 10,0.*

** *Jornalista e Bacharel em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco.*

Introdução

A preocupação com a efetividade processual está inserida entre os mais discutidos temas da atualidade. Seus efeitos recaem, conseqüentemente, sobre a atividade executiva, quando se revela incompleta a pacificação do conflito de interesses entre as partes.

Doutrinadores defendem que a proteção jurisdicional dos direitos dos cidadãos deve ser célere e eficaz, através da aplicação de novos institutos como a tutela antecipada também na execução, para realizar, com rapidez e eficácia, a entrega dos bens reconhecidos pelas decisões judiciais.

Essa preocupação está perfeitamente refletida no rito comum, mas pouco falou-se em termos de efetividade no procedimento sumaríssimo. Criados justamente para ampliar o acesso do cidadão à Justiça, os juizados especiais têm sido duramente criticados pela baixa efetividade da sua atividade executiva.

O objetivo do presente trabalho é apresentar o cenário atual da função executiva na justiça comum, e sua aplicação nos juizados especiais, proporcionando uma visão global das ações desenvolvidas para efetivar o procedimento executivo.

1. Da prestação jurisdicional

A missão do processo — como instrumento de efetividade dos direitos e de pacificação social — não se limita à defesa de qualquer direito subjetivo, mas principalmente em assegurar a missão estatal de manter o império da lei, e garantir às partes uma justa e tempestiva composição dos litígios.

Na medida em que o exercício da jurisdição visa a apaziguar os conflitos que surgem pela limitação dos bens da vida, torna-se imprescindível que o titular do direito possa contar com instrumentos e mecanismos de provocação e atuação efetiva das garantias jurídicas, que devem apoiar-se no direito processual.

O professor Luiz Guilherme Marinoni observa que “se o direito à adequada tutela jurisdicional é garantido constitucionalmente, o legislador infraconstitucional é obrigado a estruturar o sistema processual de modo a permitir a efetividade da tutela dos direitos”.¹

Não basta mais ao Estado garantir uma tutela jurisdicional; é preciso que ela realmente atue em todos os campos. Relembrando Mauro Cappelletti, a duração excessiva do processo é fonte de injustiça social, porque “o grau de resistência do pobre é menor que o grau de resistência do rico; esse último, e não o primeiro, pode normalmente esperar sem dano grave uma justiça lenta”.²

1.1. Dicotomia dos processos de conhecimento e execução

O interessado na solução de um conflito pretende a realização de seu direito, negado pelo adversário, e só dispõe de um remédio legal para efetivá-lo: através da jurisdição. Kelsen sustentava que, “se à sentença não segue a atuação do comando nela contido, o conflito persistirá e a lide permanecerá insolúvel”.³

No Brasil, como em vários sistemas processuais, existem dois tipos distintos de atividade jurisdicional: a cognitiva (ou de conhecimento) e a executória (ou executiva). A primeira é prevalentemente intelectual: o juiz investiga fatos ocorridos anteriormente e define qual a norma que está incidindo no caso concreto. A segunda é prevalentemente material: busca-se um resultado prático, fisicamente concreto, como a retirada de um bem do patrimônio do devedor e sua entrega ao credor.

Uma corrente de doutrinadores, inspirados no Direito Romano, defende a autonomia dos dois processos e a necessi-

- 1 MARINONI, L.G. *Antecipação da tutela*. 4. ed. rev. e ampl., São Paulo: RT, 1999, p. 108.
- 2 CAPPELLETTI, M., *apud* MARINONI, L.G. *Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença*. 3. ed. rev. e atual., São Paulo: RT, 1999, p. 204.
- 3 KELSEN, H. *Teoria geral das normas*. Trad. José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986, p.10.

dade de serem separados e independentes. A corrente contrária argumenta que nada impede que as duas atividades sejam desenvolvidas em uma mesma relação processual.

A tendência atual, por todos aceita, é no sentido da completa e indispensável integração das atividades cognitiva e executiva, consideradas apenas fases de uma mesma demanda, pois a execução destina-se a tornar efetiva a regra jurídica estabelecida na sentença.

A permanência da ação condenatória e da ação de execução em atividades separadas restringe-se hoje às execuções genéricas, em que se busca a obtenção de dinheiro (nas obrigações de pagar), e às execuções de títulos extrajudiciais.

Nas execuções específicas, que visam a obter bem jurídico diferente de quantia em dinheiro, como nas execuções de obrigações de fazer, não-fazer ou entregar coisa certa, esta autonomia já foi mitigada pelo legislador reformador, com as novas redações do artigo 461 e 461-A do CPC.

1.2. Crise do processo civil clássico

Em toda parte, há um clamor contra a ineficiência dos mecanismos jurídicos. Juristas como Roberto Rosas defendem que “se o Estado não admite a justiça pelas próprias mãos, a não ser em casos extremos como a legítima defesa, cabe-lhe o encargo institucional de propiciar aos indivíduos os meios jurídicos de defesa”.⁴

A crítica que se faz aos tradicionais ordenamentos de processo é que estes se apresentam muito rígidos, quase sempre onerosos para as partes. O processo civil, em nosso tempo, reclama flexibilidade e concentração, com a supressão de trâmites desnecessários, para possibilitar uma justiça mais rápida e eficaz.

Como bem leciona Ovidio Baptista, o grave descompasso entre as exigências da efetividade dos direitos, reclamados com tanta veemência, e o conflito entre as exigências de segurança e

4 ROSAS, R. *Direito processual constitucional*. São Paulo: RT, 1983, p. 4.

eficiência para os direitos submetidos ao Poder Judiciário desafiam o talento e a criatividade dos juristas.⁵

No curso do processo executivo, porém, o órgão jurisdicional poderá deparar-se com situações de conflito de valores: de um lado, a preocupação em não se impor sacrifícios excessivos ao devedor (princípio do menor sacrifício do executado); e, de outro, a exigência de que se satisfaça, de maneira rápida e completa, o direito do credor (princípio da efetividade).

Diante de situação na qual se oponham dois princípios igualmente relevantes, caberá ao magistrado balancear os fatores concretamente envolvidos. Aquele que prevalecer haverá de sacrificar o outro apenas na medida estritamente necessária para a consecução das suas finalidades (princípio da proporcionalidade).⁶

1.3. Reformas do Código de Processo Civil

As duas grandes reformas feitas ao nosso Código de Processo Civil, ocorridas primeiramente nos anos 1994-1995 e agora nos anos de 2001-2002, tiveram por objetivo central a oferta de uma tutela jurisdicional que efetivamente tutelasse as pessoas, cuidando de remover ou mitigar os óbices que se opunham à celeridade da produção do resultado desejado pela parte e à efetividade do acesso à justiça.

Segundo Cândido Dinamarco, o movimento reformador trouxe a bandeira da efetividade do processo, e condiz com o método que privilegia o consumidor dos serviços judiciários, num processo civil de resultados, como querem os modernos pensadores, e convém à legitimidade político-social do sistema.⁷

Um ponto de realce na reforma de 1994 foi a instituição da nova técnica para a execução referente às obrigações de fazer ou de não-fazer. A Lei n. 10.444/02 trouxe a inovação do art. 461-A, ampliando o alcance para as obrigações de entregar coisa certa ou determinada pelo gênero e quantidade. Somente as obrigações

5 BAPTISTA DA SILVA, O. *Do processo cautelar*. Rio de Janeiro: Forense, 1999, p. 6.

6 WAMBIER, L.R.; ALMEIDA, F.R.C.; TALAMINI, E. *Curso avançado de processo civil*. 3. ed. rev., atual., São Paulo: RT, v. II, 2000, p. 132.

7 DINAMARCO, C.R. *A reforma da reforma*. 2.ed. São Paulo: Malheiros, 2002, p. 36.

pecuniárias é que prosseguem sob o antigo regime, representado pelo processo de execução por quantia certa contra devedor solvente.

O sistema instituído mediante a edição do novo art. 461 do CPC funciona como mera continuação do processo de conhecimento, sem a formal instauração do processo executivo, demonstrando o empenho do legislador em produzir a efetividade das decisões judiciais, vencendo as resistências do obrigado e os males do decurso do tempo, que milita em favor do mau pagador.

Outro importante passo foi dado com a criação dos Juizados Especiais Federais (Lei n. 10.259/01), que inovou ao permitir a transmutação da condenação (exortação) em mandamentalidade (ordem) se, e quando, constatado o inadimplemento espontâneo da sentença.

1.3.1. Antecipação de tutela na execução

O instituto da antecipação da tutela chegou ao direito brasileiro com a reforma de 1994, tendo o legislador reformista de 2001-2002 estabelecido a regra da fungibilidade entre a tutela cautelar e a antecipada (§ 7º do art. 273), que nada mais são do que duas categorias de um gênero só, o das medidas urgentes.

Consta no artigo 798 do CPC que as medidas provisionais são exclusivas do processo de conhecimento, quando “houver fundado receio de que uma parte, antes do julgamento da lide, cause ao direito da outra lesão grave e de difícil reparação”. A referência “antes do julgamento da lide”, nesse sentido, exclui o processo de execução, que dispõe de medidas específicas de cunho cautelar, como o arresto e o seqüestro.

A doutrina pátria vem-se posicionando contrária à aplicação da antecipação de tutela na execução. No entanto, alguns estudiosos questionam este comando, considerando que se a proteção jurisdicional dos direitos dos cidadãos deve ser célere e eficaz, e essa garantia pressupõe procedimentos executórios que realizem, com esta mesma rapidez e eficácia, a entrega dos bens reconhecidos pelas decisões judiciais, “é desanimador verificar que justa-

mente na tutela jurisdicional satisfativa o processo civil brasileiro apresenta o mais alto índice de ineficácia”.⁸

Em artigo publicado na Revista da Esmape, o juiz Lucio Grassi defendeu a antecipação dos efeitos da tutela na execução, lembrando casos que exigem uma efetividade imediata, como na execução para entrega de coisa certa, que só pode ser atendida mediante a aplicação da antecipação de tutela. “Seria absurdo admitir que o titular de um direito meramente afirmado (processo de conhecimento) pudesse obter uma tutela jurisdicional mais forte e mais imediata do que o titular de um direito consagrado em um título executivo”.⁹

Embora proclame-se que no processo de execução não existe o contraditório, uma vez que o mandado executivo já é voltado para ações que satisfazem o direito tido como líquido, certo e exigível, tanto a exceção de pré-executividade quanto os embargos ensejam a utilização de múltiplos e sucessivos recursos — tutela cognitiva incidente.

A suspensão do processo executivo por embargos do devedor traz a possibilidade de danos marginais ao credor, decorrentes da sua espera pelo desfecho dessa ação de conhecimento. A antecipação dos efeitos da tutela serviria para suprimir o efeito suspensivo dos embargos de devedor ou de terceiros, viabilizando, assim, o prosseguimento da execução em caráter definitivo.

O processualista Francisco Rodrigues Sobrinho também defende a antecipação na fase executiva, ressaltando os obstáculos que o exequente geralmente enfrenta para localizar bens livres e desonerados do devedor.

“Muitas vezes o devedor tem, no foro da execução, dinheiro em conta corrente ou em aplicações, ou outros bens fungíveis. Citado para pagar em 24 horas ou nomear bens à penhora, providencia para que tais valores sejam imediatamente retirados ou colocados sob o nome de terceiros. Em se tratando de bens fungí-

8 GRECO, L. A execução e a efetividade do processo. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 94, p. 35, abr./jun., 1999.

9 GOUVEIA, L.G. de. A antecipação de tutela na execução. *Revista da Esmape*. Recife, v. 6, n. 14, p. 317-324, jul./dez., 2001.

veis, forja sua transferência para terceiros, com datas retroativas. Resta ao credor, na maioria das vezes, apenas o bem de família, impenhorável por natureza, ou a impossibilidade de localizar bens inteiramente desconhecidos e ignorados”.¹⁰

Nos casos em que a penhora possa recair sobre dinheiro (levantamento mensal da prestação, desconto em folha de pagamento ou bloqueio do saldo executado em conta corrente do devedor), tem-se uma medida satisfativa na própria execução, que, apesar de não ser disciplinada pelo art. 273, tem a mesma natureza da antecipação dos efeitos da tutela.

No Juizado Cível Estadual não há dúvida de que, observados os pressupostos do regime comum (artigos 273 e 461), mostrar-se-á lícita a antecipação de tutela. É o que estabeleceu o Enunciado 26 do Fórum Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais — FCP: “São cabíveis a tutela (*sic*) acautelatória e antecipatória nos Juizados Especiais Cíveis, em caráter excepcional”.

1.3.2. Execução provisória

A Lei n. 10.444/02 modificou, em diversos aspectos, o regime de execução provisória, banindo a restrição ao inciso I do artigo 588 do CPC, que tratava sobre a responsabilidade processual objetiva, e ampliando as formas de obtenção de satisfação (provisional) do exeqüente, que poderá alienar os bens a título de propriedade ou praticar outros atos que visem a garantir o cumprimento da obrigação.

Na lição de Cândido Dinamarco, “cabe ao legislador, e também ao juiz, dimensionar as probabilidades de acerto e os riscos de erro, expondo-se racionalmente a estes, mas deixando atrás de si as portas abertas para a reparação de erros eventualmente cometidos”. E conclui: “a execução provisória é em si mesma um risco, que a lei mitiga ao exigir cauções em situações razoáveis,

10 SANTOS SOBRINHO, F.R. *Tutela antecipada no processo de execução*. Dissertação (Pós-graduação), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2000, p. 24.

com vista a deixar o caminho aberto à reparação de possíveis erros”.¹¹

Dentre os estudiosos da Lei n. 10.444/02, encontra-se Joel Dias Figueira Junior, que assevera:

“A execução provisória da sentença far-se-á do mesmo modo que a definitiva, observando-se, como primeira regra, a da *responsabilidade processual objetiva* do exeqüente, que nada obstante a interposição de recurso de apelação, recebido apenas no efeito devolutivo, resolve, *sponte sua*, efetivar no plano prático (mundo dos fatos) a decisão que lhe foi proferida favoravelmente, a fim de obter satisfação”¹² (grifo nosso).

Essa nova forma de viabilizar a execução provisória permite que o exeqüente possa, efetivamente, receber o bem da vida em questão, do qual obteve sentença favorável. Em regra, a satisfação perseguida haverá de ser obtida mediante garantia, através de caução real ou fidejussória, mas a simples instauração da execução provisória não obriga o credor a prestá-la. A caução só se torna exigível quando há ameaça de perda da posse do bem penhorado, ou se, penhorado dinheiro, o credor deseja levá-lo.¹³

A execução provisória é cabível nos Juizados Especiais Cíveis, pois o recurso interposto contra as sentenças proferidas nesses juizados não apresenta, de ordinário, o efeito suspensivo (art. 43 da Lei n. 9.099/95). Não há, porém, execução provisória no Juizado Cível Federal porque os artigos 16 e 17 da Lei n. 10.259/02 exigem o trânsito em julgado da sentença.

2. Do procedimento especial

A criação dos juizados especiais foi prevista pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 98, e, por força dele, o legisla-

11 DINAMARCO, C.R. *A instrumentalidade do processo*. 10. ed., São Paulo: Malheiros, 2002, p. 288.

12 FIGUEIRA JUNIOR, J.D. *Comentários à novíssima reforma do CPC: Lei 10.444 de 7 de maio de 2002*. Rio de Janeiro: Forense, 2002, p. 210.

13 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp n. 30.824-0/SP, relator Min. Costa Lima. Brasília, 5 abr. 1995. DJU, Brasília, p. 12.403, 8 maio 1995.

dor ordinário instituiu no cenário jurídico nacional a Lei n. 9.099, em setembro de 1995, que implanta e regula seu funcionamento.

Essa abertura para o Judiciário possibilitou um grande número de ações, cujos litígios não iam parar nos tribunais, reprimidos pelo rigor e altos custos do procedimento comum, atraídas agora pela promessa de rapidez e simplicidade processual.

Na prática, a maior dificuldade reside na fase de execução, uma vez que a maioria dos executados não possuem bens livres e desembaraçados a penhorar, frustrando a pretensão inicial do demandante. Na hipótese em que há bens penhoráveis, como são de baixo valor, o leilão — quando ocorre — é pouco divulgado. Não havendo interessados nos bens, e a parte vencedora não se interessando em ficar com eles, não se consegue compor a dívida.

A pouca eficácia no procedimento executivo das sentenças dos juizados é danosa para o Judiciário, devendo ser promovida a implementação efetiva dos novos dispositivos legais no âmbito dos juizados especiais, cujo rito permite uma maleabilidade inexistente na justiça comum.

Segundo reza o artigo 3º, § 1º, da Lei n. 9.099/95, ao Juizado Especial Cível competirá executar os seus julgados e os títulos executivos extrajudiciais. O pressuposto jurídico da execução é a existência do título líquido (todas as sentenças de juizados necessariamente são líquidas), certo e exigível, enquanto o pressuposto fático é a necessidade da coação estatal para que a obrigação seja cumprida.

A única ressalva explícita é quanto ao valor do crédito. A competência restringe-se ao teto de 40 salários mínimos (juizados especiais comuns), incluindo neste montante as prestações vincendas. O que exceder a este valor — na data do ajuizamento — implicará na renúncia ao crédito excedente. Assim, torna-se irrelevante a evolução posterior, decorrente do acréscimo de juros e correção monetária, na interpretação do Enunciado 39 do Fórum Permanente dos Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais¹⁴.

14 Enunciado 39: "Em observância ao art. 2º da Lei n. 9.099/95, o valor da causa corresponderá à pretensão econômica objeto do pedido".

Descumprida a obrigação imposta no processo de conhecimento, o início da execução sempre dependerá de provocação do credor, podendo ser apresentada verbalmente. Excetuando-se os casos do inciso I do art. 794 do CPC, utilizado subsidiariamente no procedimento executivo especial, as demais hipóteses de extinção da execução ocorrem sem que se satisfaça a pretensão inicial do autor.

Como o nosso direito pátrio não admite a coerção pessoal pelo descumprimento das ordens judiciais, e revelando-se o executado desprovido de patrimônio passível à sanção pecuniária, essas limitações terminam comprometendo irremediavelmente a eficácia do processo — uma das preocupações da moderna doutrina.

Um exemplo disso é citado por Cândido Dinamarco:

“Em meio a grandes dificuldades para encontrar bens penhoráveis no patrimônio do devedor, o credor teve a informação de que este tinha dólares guardados em uma caixa-forte de banco. Pediu ao juiz que mandasse arrombar o cofre e assim fizesse realizar a penhora dos dólares, responsabilizando-se pelas despesas do arrombamento, mas o juiz despachou simplesmente: diga a parte contrária. O credor desistiu da diligência e acabou aceitando um acordo para receber somente 40% do crédito”.¹⁵

2.1. Do Juizado de Execuções

Pernambuco foi o primeiro Estado brasileiro a instituir um juizado exclusivo para a execução dos julgados e títulos executivos extrajudiciais de competência dos juzizados especiais cíveis comuns, em maio de 1998 (Ato n. 1.192, com base no art. 6º da Resolução n. 94, de 27-4-98)¹⁶. Apenas o Estado do Maranhão, até esta data, seguiu o exemplo de Pernambuco, descentralizando a atividade executiva especial ao criar, através da Resolução n. 04/2000, o Juizado de Execuções de São Luiz.

15 DINAMARCO. Execução [...] *op. cit.*, p. 322.

16 Anexas, as transcrições do Ato Estadual n. 1.192 e da Resolução n. 94/98.

Segundo o juiz coordenador do Juizado de Execuções do Recife, Luiz Mário Góes Moutinho, a experiência pernambucana tem sido válida porque “a rotina de um juizado especial de conhecimento é muito intensa, de modo que os processos de execução ficam, inevitavelmente, em segundo plano, o que não ocorre com um juizado especializado”. E explica: “Com o juizado competente apenas para execução, o julgador torna-se mais sensível à realização do direito declarado”.¹⁷

O baixo índice de satisfação do crédito decorre de fatores que fogem ao controle do judiciário, conforme relato do juiz responsável pelo Juizado das Execuções do Recife:

“O que nós vemos é que as pessoas são pobres, e a impenhorabilidade de bens que garantem o lar praticamente impede a satisfação das obrigações de pagar quantia certa. Salvo as grandes empresas, a satisfação das dívidas é muito baixa. [...] O credor não se convence da dificuldade de receber sua dívida, atitude absolutamente legítima, e passa a solicitar a expedição de ofícios à Receita Federal, Detran, Banco Central, Companhias Telefônicas. Tudo isso demanda tempo, desde o cumprimento do expediente interno até a efetiva resposta dos órgãos¹⁸”.

3. Da responsabilidade processual objetiva

Dispunha a redação primitiva do inciso I do art. 588 do CPC que a execução provisória seria promovida “por conta e responsabilidade do credor”, que, por sua vez, prestaria caução, obrigando-se a reparar os danos causados ao devedor, enquanto o § 3º do art. 273 deixava de fazer referência a essa regra básica.

Segundo Joel Dias Figueira Jr., apesar da omissão legal, está pacificado o entendimento de que o autor, beneficiado com a antecipação de tutela, deve responder objetivamente por perdas e

17 MOUTINHO, L.M.G. *Juizado das Execuções do Recife*. 2003. Entrevista concedida à autora desta monografia, Recife, 1º ago. 2003.

18 MOUTINHO. *Op. cit.*

danos causados ao réu, em face da providência obtida, e posteriormente revogada.¹⁹

Não se observa qualquer vacilo jurisprudencial acerca do tema, desde a entrada em vigor do novo CPC, sendo uníssona a jurisprudência sobre a natureza da responsabilidade civil processual na espécie. Nesse sentido, encontram-se inúmeros arestos, dentre os quais pode-se transcrever o seguinte:

“Consoante a melhor doutrina, o Código estabelece, expressamente, que responde pelos prejuízos que causar a parte que, de má-fé, ou não, promove medida cautelar. Basta o prejuízo, se ocorrente qualquer das espécies do art. 811, I a IV, do CPC e, nesse tipo de responsabilidade objetiva processual, o pedido de liquidação é formulado nos próprios autos, com simples invocação de qualquer dos fundamentos do art. 811 do CPC”.²⁰

Verificando-se a revogação posterior da decisão que concede a antecipação de tutela em favor do autor, em qualquer grau de jurisdição, estaremos diante de responsabilidade processual civil objetiva, tendo-se em conta que o postulante, por sua conta e risco, provocou livremente a proteção emergencial do Estado-juiz, terminando por obter a medida pleiteada, e depois modificada.

Quanto à determinação legal de prestação de caução, defende Figueira Junior que a norma deverá ser interpretada considerando-se as necessidades dos jurisdicionados, o bem da vida em perigo, os resultados da medida, a prudência, o comedimento e a sensibilidade do julgador na concessão da proteção perseguida, sobretudo quando irreversíveis os seus efeitos.

“Esse flagrante contra-senso afronta o mais elementar dos direitos e garantias fundamentais do cidadão: a igualdade. Em outras palavras, o abastado executa e se satisfaz, mediante a prestação de caução, enquanto o menos favorecido arcará com os quicá irreversíveis efeitos danosos”.²¹

Com o advento da Lei n. 10.444/02, que implementou os mecanismos coercitivos, punitivos ou assecuratórios para as ante-

19 FIGUEIRA JUNIOR, J.D. *Op. cit.*, p. 62.

20 BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. REsp n. 127.498/RJ, Relator: Min. Waldemar Zveiter, Brasília, 20 abr. 1997. DJU, Brasília, 22 nov. 1997.

21 FIGUEIRA JUNIOR, J.D. *Idem*, p. 70.

cipações de tutela genérica no procedimento comum, consolidou-se o entendimento da doutrina e jurisprudência dominante. No entanto, ainda fica a critério do magistrado a aplicação desse instituto, que traz em seu bojo a capacidade de tornar muito mais eficaz a execução, também no procedimento sumaríssimo.

3.1. Casuística na prestação executiva especial

Nos termos do art. 598 do CPC, aplicam-se ao processo de execução, subsidiariamente, as normas do processo de conhecimento. Toda vez que na disciplina específica do processo executivo não houver regra própria para regular o caso, incidirão, na medida do possível, as normas do processo de conhecimento.

A Lei n. 9.099/95, no que tange à fase de execução do título executivo judicial, garante aos julgadores ampla discricionariedade quanto à aplicação subsidiária das regras do CPC, no que couber. Na medida em que se verifica a baixa efetividade na prática executiva dos juizados especiais, pelas razões já apresentadas, certos procedimentos do rito comum — aplicados ou em discussão — tornam-se perfeitamente adaptáveis ao procedimento sumaríssimo, senão vejamos:

3.1.1. Execução *ex officio*, como etapa do processo de conhecimento

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, apresentou ao presidente do STF, em janeiro de 2004, um projeto de lei que altera significativamente o Código de Processo Civil, na parte relativa à Execução. “É inadmissível que uma execução judicial demore de três a quatro anos. O projeto tenta amenizar esta demora, pois institui um mecanismo que condensa duas fases do processo em apenas uma”.²²

Atualmente, o CPC prevê três fases até a extinção do processo: a fase de conhecimento, a de liquidação de sentença e a execução da sentença. O projeto retira a liquidação e a execução

22 BASTOS, M.T. *Notícias AASP*. Disponível em <http://www.aasp.org.br/noticias>. Acesso em 15.jan.2004.

de sentença do livro II do CPC, que trata do Processo de Execução, e os incorpora ao livro I, relativo ao Processo de Conhecimento, deixando de ser fases autônomas.

As novas regras, porém, não atingem os títulos executivos extrajudiciais, que dispensam a fase de conhecimento para que o interessado possa propor, de imediato, um processo de execução.

A idéia é também defendida pela Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que apresentou ao presidente do STF, em março de 2004, um conjunto de propostas dos magistrados de todo país para a área civil, apoiando o anteprojeto de lei elaborado pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, que altera a sistemática da execução dos títulos judiciais.

Essas alterações foram inicialmente apresentadas pelo ministro do Superior Tribunal de Justiça, Humberto Gomes de Barros, durante seminário organizado em maio de 2003 pelo Conselho da Justiça Federal, ao propor a união das etapas de conhecimento, liquidação e execução em um só processo, para todas as ações, bastando a sentença condenatória transitada em julgado para se iniciar, de imediato, a execução.

Como no sistema dos juizados especiais os pedidos devem ser obrigatoriamente líquidos, e o início da execução também depende de provocação do credor, que inclusive pode ser apresentada verbalmente (na prática, com a assinatura de impresso próprio que pode servir de mandado), nada obsta a unificação desses processos também para o procedimento sumaríssimo.

3.1.2. Tutela antecipada na execução

Ao credor cabe requerer, na inicial, medidas acautelatórias urgentes, como o bloqueio, na conta bancária do executado, de quantia suficiente à satisfação do crédito ou a averbação, no prontuário do veículo, do impedimento à sua alienação.

A idéia, aqui defendida, é quanto à possibilidade de se deferir a tutela antecipada parcial para penhora de dinheiro (ou outros bens móveis fungíveis), antes mesmo da citação do devedor para pagar ou nomear bens à penhora, sempre que o exequente desco-

nheça a existência de bens de raiz do devedor, livres e desembaraçados, no foro da execução, estando presentes os requisitos legais.

Essa tutela não se confundiria com medida cautelar, pois apesar de ambas serem provisórias, a cautelar caracteriza-se pela prevenção, perdurando enquanto for útil ao processo principal, enquanto que a tutela antecipada possui caráter satisfativo, que perdurará enquanto não confirmada a penhora definitivamente.

Segundo o professor Francisco Rodrigues, “reza o Código de Processo Civil, em seu artigo 652, que o devedor será citado para em 24 horas pagar ou nomear bens à penhora. Tal dispositivo é claro, no sentido de que o que se pede é ou o pagamento, ou a nomeação de bens”.²³

Nesse ponto a doutrina é uníssona. É indiscutível que um dos pedidos do exequente é para que o executado seja citado para pagar ou nomear bens à penhora. O atendimento de parte do pedido, formulado na inicial, não pode ser objeto de cautelar, mas apenas de tutela antecipada, ainda que se considere que a penhora teria o caráter garantidor do juízo da execução. A penhora, nesse caso, não seria um meio de garantir o processo de execução, mas sim uma forma indireta de o devedor adimplir a dívida executada.

Alguns doutrinadores e magistrados admitem, ainda, a quebra do sigilo bancário e fiscal do executado, a pedido do credor, com a expedição de ofícios à Receita Federal, ao Banco Central e aos demais órgãos cujo acesso direto seja vedado ao credor, quando forem esgotados, sem sucesso, os meios ordinários para a localização do devedor ou de seus bens.

Na opinião do juiz de direito do Estado de São Paulo, Ricardo Cunha Chimenti, não faz sentido excluirmos tais informações daqueles que confiaram no sistema dos juizados para a satisfação do seu direito, sobretudo em benefício daqueles que praticam atos atentatórios à dignidade da justiça, ocultando bens passíveis de execução.²⁴

23 SANTOS SOBRINHO. *Op. cit.*, p. 44.

24 CHIMENTI, R.C. *Teoria e prática dos juizados especiais cíveis*. 4. ed., São Paulo: Saraiva, 2002, p. 271.

Ainda na lição de Chimenti, é recomendável que a determinação judicial, dirigida ao Banco Central, explicita que as instituições financeiras somente prestem informações quando forem positivas, fixando um prazo certo, determinando que seja efetuado, desde logo, o bloqueio dos valores localizados, até o montante do débito exigido.

Assim, diante de pedido expresso do credor, é possível ao juiz conceder a tutela jurisdicional nas execuções dos juizados especiais, de forma antecipada, determinando, *inaudita altera parte*, a penhora de valores monetários ou outros bens fungíveis que o devedor possua, evitando-se com isso a evasão, dissipação ou ocultação de tais bens, quando desconhecidos outros bens penhoráveis no foro da execução.

3.1.3. Arresto e citação editalícia

Na realidade dos juizados especiais, é muito comum o executado não ter residência fixa, ou mesmo mudar-se com frequência, ficando a execução suspensa — para não dizer extinta — por não ter, o exequente, condições de informar o endereço atualizado do devedor. No Juizado de Execuções do Recife, por exemplo, 26% dos processos extintos no ano de 2002 foram por “falta de iniciativa da parte” (segundo dados da Coordenação dos Juizados Especiais do Estado de Pernambuco)²⁵.

Na lição de Araken de Assis, frustrando-se a citação do executado no endereço indicado na inicial, lícita afigura-se a promoção de diligências no sentido de localizá-lo, se o credor, no âmbito de sua autonomia privada, não conseguir, por si só, os dados necessários a tal objetivo.²⁶

25 Somente no ano de 2002, foram registrados 6.903 novos processos no Juizado de Execuções do Recife, encaminhados pelos 6 juizados especiais da capital (Boa Vista, Pina, Rosarinho, Afogados, Cordeiro e Casa Amarela), e também pelo Juizado do Consumidor e pelo III Fórum Universitário da Capital. Dos processos encerrados em 2002, 59% foram com satisfação da obrigação (na maioria, os executados eram pessoas jurídicas), 26% por falta de iniciativa da parte, 7% por embargos, 5% por desistência da parte credora e 3% por outras razões.

26 ASSIS, A. de. *Execução Civil nos Juizados Especiais*. 3. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: RT, 2002, p. 79.

A conjunção alternativa **ou**, consignada no art. 53, § 4º, da Lei n. 9.099/95²⁷, indica que a execução não será extinta se existentes bens ou direitos penhoráveis, hipótese em que se admite o arresto e a citação editalícia, nos termos dos arts. 653 e 654 do CPC. A vedação de citação editalícia, prevista no art. 18, § 2º, da lei especial, não se aplica ao processo de execução.

É esse também o entendimento dos integrantes do Fórum Permanente de Juízes Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais do Brasil, como se vê nos seguintes enunciados:

Enunciado 37: “Em exegese ao art. 53, § 4º, da Lei n. 9.099/95, não se aplica ao processo de execução o disposto no art. 18, § 2º, da referida lei, sendo autorizados o arresto e a citação editalícia quando não encontrado o devedor, observados, no que couberem, os arts. 653 e 654 do Código de Processo Civil”.

Enunciado 75: “A hipótese do § 4º do art. 53 da Lei n. 9.099/95 também se aplica às execuções de título judicial, entregando-se ao exeqüente, no caso, certidão do seu crédito, como título para futura execução, sem prejuízo da manutenção do nome do exeqüente no Cartório Distribuidor”.

Destaca-se, ainda, o seguinte julgamento de recurso, proferido em sede de Juizado Especial Cível na Bahia:

“Sentença prolatada, extinguindo-se de ofício processo de execução, em face da mudança de endereço do executado. Nulidade. Não pode o juiz extinguir de ofício execução, apenando o exeqüente pela má-fé do executado, se cabia apenas a este informar sua mudança de endereço. O dispositivo legal invocado somente poderá ser aplicado depois de esgotados todos os meios para satisfação do crédito do exeqüente — *o juiz deverá adotar as providências cabíveis, atendendo ao fim social da lei, para satisfação do crédito*. Nulidade da sentença. Recurso provido”²⁸ (grifo nosso).

27 Art. 53, § 4º: “Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor”.

28 BAHIA. Tribunal de Justiça da Bahia. JET01-TAM-00755/97, Relatora Juíza Rosita Falcão de Almeida Maia. *Revista de Jurisprudência Especial*, Bahia, v. 2, p. 39, mar. 1999.

Na hipótese de o oficial de justiça não localizar o devedor, depois de procurá-lo razoavelmente, mas encontrar bens que respondam pela dívida, deverá proceder *ex officio* ao arresto de tantos bens quantos bastem para garantir a execução. Esse arresto, também chamado de pré-penhora, é maneira de se evitar que a não localização do devedor impeça o curso normal da execução (princípio da máxima utilidade da execução).

Observadas as etapas procedimentais, descritas nos artigos 652 e 653 do CPC, o credor, depois de intimado do arresto, terá 10 dias para requerer a publicação de editais de citação do devedor (art. 654, primeira parte). Se não a requerer, extingue-se o arresto. Por economia processual, no mesmo edital deverá constar:

1) o prazo de 24 horas para pagamento ou nomeação de bens à penhora (contado depois de transcorrido o prazo do edital, na forma do art.184 — segundo algumas decisões jurisprudenciais). Caso o devedor compareça tempestivamente, poderá indicar outros bens à penhora, ficando sem efeito o arresto. Não o fazendo, o arresto será automaticamente convertido em penhora;

2) a intimação do executado para a audiência de tentativa de conciliação, e a advertência de que aquele será o momento para a oposição de embargos, sob pena de prosseguimento da execução. Se, depois dos editais, o executado ainda assim não comparecer no processo, deverá ser nomeado curador especial, ao qual caberá inclusive a apresentação de embargos do devedor (Súmula 196 do STJ)²⁹.

Frisa-se, por fim, que não se localizando o devedor nem bens seus, é possível proceder diretamente à sua citação por edital. A aplicação desses procedimentos, também na execução dos juizados especiais, satisfaz, ao menos em certos casos, a aspiração dos “pequenos” litigantes, permitindo a efetiva realização dos seus direitos, declarados e descumpridos na fase de conhecimento.

O que se verifica na prática, porém, é que nem todos os magistrados admitem a realização de diligências — através da

29 Súmula 196, STJ: “Ao executado que, citado por edital ou por hora certa, permanece revel, será nomeado curador especial, com legitimidade para a apresentação de embargos”.

expedição de ofícios pelo Juizado — para localizar bens do devedor. Se não há uniformidade de procedimentos, alguns credores podem ter a “sorte” de obter uma atuação eficaz do Estado-juiz, enquanto outros, à mercê da falta de flexibilidade do juiz, terminam frustrados pela falta de acesso à função executiva.

3.1.4. Negativação do devedor nos órgãos de proteção ao crédito

No sistema dos juizados especiais, sobretudo em razão da pequena capacidade econômica dos litigantes, são freqüentes também as execuções frustradas pela inexistência de bens penhoráveis em poder do devedor, situação que gera grande frustração naqueles que depositaram seu tempo e confiança em um processo.

Com a aprovação do instituto da tutela antecipada e a tramitação de projetos de lei que visam a alterar os efeitos dos recursos em geral, percebe-se a existência de um clamor social, visando a garantir eficácia às decisões judiciais, sobretudo na fase satisfativa dos processos. Foi nesse sentido que os juízes coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis decidiram pela edição do Enunciado n. 76, *in verbis*:

“No processo de execução, esgotados os meios de defesa ou inexistindo bens para a garantia do débito, expede-se a pedido do exeqüente certidão de dívida para fins de protesto e/ou inscrição no Serviço de Proteção ao Crédito — SPC e Serasa, sob a responsabilidade do exeqüente”.

Baseado nesse enunciado, e com o fim de garantir eficácia às próprias decisões (inclusive das sentenças homologatórias de acordos), um grupo de magistrados paulistas realizou encontros com dirigentes do Serviço Central de Proteção ao Crédito — SPC, de São Paulo, e constatou que enquanto a doutrina discute as teorias nacionais e estrangeiras da coisa julgada, na prática nossas sentenças e acórdãos (da justiça especial ou comum) passaram a valer menos do que cheques passados em botequins ou magazines.

O Juiz Presidente do Fórum de Coordenadores dos Juizados Especiais Cíveis do Brasil, Ricardo Chimenti, autor do manual

Teoria e Prática dos Juizados Especiais Cíveis, fez parte deste grupo e constatou que:

“[...] quem emite um cheque sem fundos ou deixa de honrar as prestações de um crediário, ainda que os débitos sejam de pequeno valor, tem seu nome protestado ou inscrito nos serviços de proteção ao crédito, com ampla publicidade do fato, imediata restrição ao crédito e, muitas vezes, bloqueio de conta bancária. Quem descumpre uma decisão judicial definitiva e não tem bens penhoráveis continua a movimentar livremente seu dinheiro”.³⁰

Sendo o dinheiro uma das espécies de bens penhoráveis para a garantia da dívida (art. 655, I, do CPC), algumas transferências de valores do devedor aos comerciantes, para a aquisição de mercadorias que não são de primeira necessidade, caracterizam verdadeira fraude à execução (nos termos do art. 593 do CPC).

Como o controle direto dessa prática pelo Poder Judiciário é inviável, o grupo de magistrados paulistas, liderado por Chimenti, passou a encaminhar os nomes dos devedores de títulos executivos judiciais definitivos ao SPC, com base no art. 22, § 2º, do Regulamento Nacional do SPC (que garante ao Poder Judiciário acesso ao banco de dados da entidade), desde que observados os seguintes requisitos:

“1. expresso requerimento do credor, que se declara ciente da obrigação de comunicar imediatamente ao juízo o pagamento do débito, sob pena de responder por perdas e danos, inclusive morais;

“2. esgotamento, há mais de 30 dias, dos meios ordinários disponíveis para a satisfação do débito, em especial certidão negativa quanto à tentativa de penhora;

“3. expedição de carta postal ao devedor, comunicando-lhe do encaminhamento do ofício ao SPC. Quanto à validade da comunicação, tem-se observado o § 2º do art. 19 da Lei n. 9.099/95”.

A sentença homologatória de acordo também passou a consignar que o descumprimento da obrigação poderá acarretar o encaminhamento do nome do devedor ao SPC. Com isso, já se

30 CHIMENTI. *Op. cit.*, p. 284.

verifica uma significativa redução no descumprimento das decisões judiciais definitivas, tudo em benefício das pessoas de boa-fé e da credibilidade do Poder Judiciário.

Em São Paulo, estas medidas vêm atingindo seus objetivos. Se for aprovado o Projeto de Lei n. 4.348, em tramitação no Congresso Federal desde março de 1998, teremos finalmente a adoção desse procedimento em âmbito nacional, com a inclusão de um parágrafo único ao artigo 52 da Lei n. 9.099/95, com a seguinte redação: “a instauração da execução poderá ser comunicada pelo juiz às instituições de defesa e proteção ao crédito”.

4. Considerações Finais

As deficiências enfrentadas pelo Estado, carente em recursos e pobre em material humano qualificado, geraram o acúmulo de serviços nas prateleiras do Judiciário. O nosso arcabouço legislativo vem evoluindo no sentido de otimizar os mecanismos de atuação da Justiça, agilizando o andamento dos processos e coibindo práticas forenses que apenas serviam para o prolongamento ou procrastinação indefinidos dos feitos.

O que se viu, ao longo deste trabalho, é que a efetividade do processo é tema recorrente no cenário jurídico atual, provocando importantes debates entre juristas e doutrinadores quanto à aplicação dos novos institutos também no procedimento executivo comum. É o reflexo de uma exigência, uma necessidade social, a fim de se garantir maior grau de satisfatividade à execução.

Não se pode negar que houve grande evolução nas leis processuais civis, na direção de agilizar a prestação jurisdicional e de contornar as crises dos procedimentos clássicos. No entanto, a atividade executiva dos juizados especiais — criados justamente pela necessidade de se dar celeridade e eficácia à prestação jurisdicional — pouco se discutiu ou mesmo se fez para melhorar a legislação vigente.

É sabido que o provimento jurisdicional não pode ser ministrado instantaneamente, devendo obedecer a trâmites prefixados — segundo os princípios fundamentais do contraditório e da ampla defesa. Mas não se pode perder de vista o importante papel

desempenhado pelos juizados especiais, principalmente na camada da população mais carente da tutela estatal.

Se a Lei n. 9.099/95 prevê a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil no procedimento executivo especial, e ao mesmo tempo essa mesma lei não se renovou para acrescentar novos institutos visando à efetividade processual, nada obsta a aplicação de mecanismos como a execução *ex officio* como etapa do processo de conhecimento, arresto e citação editalícia, tutela antecipada na execução especial e a negativação do devedor em órgãos de proteção ao crédito.

O sucesso dos juizados especiais depende, em grande parte, da renovação da mentalidade dos operadores do direito e da criação de estrutura material adequada, com o propósito de melhorar a credibilidade do Poder Judiciário. É preciso espírito aberto e sensibilidade do julgador para praticar o processo, guiado pelos princípios do acesso à justiça e da efetividade da tutela jurisdicional.

A preocupação com a qualidade da prestação jurisdicional, e o impacto que isso causa à imagem do Poder Judiciário como um todo, legitima a aplicação de novos procedimentos e interpretações legais como medidas destinadas a dar efetividade ao direito, sem a delonga que tem marcado o nosso processo — o grande desafio a ser vencido.

BIBLIOGRAFIA

AMARAL SANTOS, M. *Primeiras linhas de direito processual civil*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, v. III, 1979.

ASSIS, A. de. *Execução Civil nos Juizados Especiais*. 3. ed. rev., atual. e ampl., São Paulo: RT, 2002.

BAPTISTA DA SILVA, O. *Do processo cautelar*. Rio de Janeiro: Forense, 1999.

_____. Mandamentalidade e auto-executoriedade das decisões judiciais. *Revista da Emerj*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, p.32-75, 2002.

CHIMENTI, R.C. *Teoria e prática dos juizados especiais cíveis*. 4. ed. atual., São Paulo: Saraiva, 2002.

- DINAMARCO, C.R. *A reforma da reforma*. 2. ed., São Paulo: Malheiros, 2002.
- _____. *A instrumentalidade do processo*. 10. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- _____. *Execução Cível*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2002.
- FIGUEIRA JUNIOR, J.D. *Comentários à novíssima reforma do CPC: Lei 10.444 de 7 de maio de 2002*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.
- GOUVEIA, L.G. de. A antecipação de tutela na execução. *Revista da Esmape*. Recife, v. 6, n. 14, p.317-324, jul./dez., 2001.
- GRECO, L. A execução e a efetividade do processo. *Revista de Processo*. São Paulo, v. 94, p. 35, abr./jun., 1999.
- GRINOVER, A.P. *Os princípios constitucionais e o código de processo civil*. São Paulo: Bushatsky, 1975.
- KELSEN, H. *Teoria geral das normas*, trad. José Florentino Duarte. Porto Alegre: Fabris, 1986, p.10.
- LACERDA, G. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. III, t. I, 1998.
- MAGGI, N. *[Da execução da sentença como etapa do processo de conhecimento e da supressão dos embargos do devedor em execução de título judicial:]* forma de garantir o acesso à justiça. Tese (doutorado), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2001. 205 p.
- MARINONI, L.G. *Antecipação da tutela*. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: RT, 1999.
- _____. *Tutela antecipatória, julgamento antecipado e execução imediata da sentença*. 3. ed. rev. e atual., São Paulo: RT, 1999.
- MENDONÇA LIMA, A. *Comentários ao Código de Processo Civil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. VI, 1985.
- MOREIRA ALVES, J.C. *Direito Romano*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, v. I, 1971.
- PEIXOTO, M.A.V. *Antecipação de Tutela*: [reflexo da evolução do Processo Civil no Brasil]. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 52, nov. 2001. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2343>>. Acesso em 19 mar. 2003.
- REINALDO FILHO, D.R. *Juizados Especiais Cíveis*: [Comentários à Lei 9.099 de 26/09/1995.] Recife: Bagaço, 1996.

- ROSAS, R. *Direito processual constitucional*. São Paulo: RT, 1983.
- SANTOS SOBRINHO, F.R. *Tutela antecipada no processo de execução*. Dissertação (Pós-graduação), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Recife, 2000.
- SOARES, R.A.M. *Tutela jurisdicional diferenciada: tutelas de urgência e medidas liminares em geral*. São Paulo: Malheiros, 2000.
- SOUZA, R.O. Responsabilidade do credor na execução. *Revista da Emerj*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 18, p. 156-167, 2002.
- STOCO, R. *Abuso do direito e má-fé processual*. São Paulo: RT, 2002.
- TEIXEIRA, S.F. *Reforma do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1996.
- THEODORO JUNIOR, H. *A execução de sentença e a garantia do devido processo legal*. Rio de Janeiro: AIDE, 1987.
- _____. *Responsabilidade civil objetiva derivada de execução de medida cautelar ou medida de antecipação de tutela*. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 56, abr. 2002. Disponível em: <<http://www1.jus.com.br/doutrina/texto.asp?id=2905>>. Acesso em: 1º abr. 2003.
- WAMBIER, L.R.; ALMEIDA, F.R.C.; TALAMINI, E. *Curso avançado de processo civil*. 3.ed. rev., atual. São Paulo: RT, v. II, 2000.